

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DA BALEIA AZUL À COVID 19:  
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E ACESSO À INTERNET NO BRASIL**

LARISSA SANTOS BASTOS

RIO DE JANEIRO

2020

LARISSA SANTOS BASTOS

**DA BALEIA AZUL À COVID 19:  
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E ACESSO À INTERNET NO  
BRASIL**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação da Professora Dra. Kone Prieto Furtunato Cesario.

RIO DE JANEIRO

2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ  
FACULDADE NACIONAL DE DIREITO - FND  
SECRETARIA DAS COORDENAÇÕES  
COORDENAÇÃO DE MONOGRAFIA

## ATA DE APRESENTAÇÃO DE MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO

DATA DA APRESENTAÇÃO: 13 / 11 / 2020

Na data supramencionada, a **BANCA EXAMINADORA** integrada pelos (as) professores (as) KONE PRIETO FURTUNATO CESÁRIO e RODRIGO CANTARINO CARNEIRO GARCIA

Reuniu-se para examinar a MONOGRAFIA do discente:

LARISSA SANTOS BASTOS

DRE 114064318

**INTITULADA:** DA BALEIA AZUL À COVID 19: CRIANÇAS, ADOLESCENTES E ACESSO À INTERNET NO BRASIL

APÓS A EXPOSIÇÃO DO TRABALHO DE MONOGRAFIA PELO (A) DISCENTE, ARGUIÇÃO DOS MEMBROS DA BANCA E DELIBERAÇÃO SIGILOSA, FORAM ATRIBUÍDAS AS SEGUINTE NOTAS POR EXAMINADOR (A):

	Respeito à Forma (Até 2,0)	Apresentação Oral (Até 2,0)	Conteúdo (Até 5,0)	Atualidade e Relevância (Até 1,0)	TOTAL
Prof. Orientador(a)	0,5	2,0	4,0	1,0	7,5
Prof. Membro 01	0,0	2,0	4,0	1,0	7,0
Prof. Membro 02					
Prof. Membro 03					
MÉDIA FINAL					7,25

**PROF. ORIENTADOR(A):**

NOTA: 7,5

PROF. MEMBRO 01:

NOTA: 7,0

PROF. MEMBRO 02:

NOTA:

PROF. MEMBRO 03:

NOTA:

**MÉDIA FINAL\*: 7,25**

\*O trabalho recebe indicação para o PRÊMIO SAN TIAGO DANTAS? (Se a média final for 10,0 dez)

( ) SIM

( ) NÃO

## **RESUMO**

O aumento do uso da internet por crianças e adolescentes indica a necessidade de avanço no escopo de proteção jurídica dada, principalmente, à influência comportamental, ao compartilhamento de dados pessoais, à educação e ao novo paradigma de parentalidade nos dias atuais. O caso da Baleia Azul, veiculado mundialmente, e a pandemia da COVID-19 configuram momentos históricos relevantíssimos para observação do comportamento de menores nas redes e para o entendimento do que já existe a nível de regulamentação nacional e internacional sobre os temas, fornecendo indicadores sobre as tendências das novas gerações na Sociedade Convergente. O presente trabalho busca observar esses fenômenos através de revisão bibliográfica e da análise de dados levantados por outras pesquisas, observando o que se tem produzido a nível normativo e acadêmico sobre o ambiente virtual.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Internet; Crianças e Adolescentes; Proteção de dados; Educação; Parentalidade.

## **ABSTRACT**

The increased internet use by children and adolescents indicates the need to advance the legal scope of protection due to, mainly, the behavioural interference, the personal data sharing, education and the new paradigm of parenting in the present days. The Blue Whale case, published all around the world, and the COVID-19 pandemic constitute extremely relevant historical moments for observing minors' behavior on networks and for understanding what already exists, nationally and internationally, as regulation to these subjects, providing indicators on the new generations' tendencies in the Convergent Society. The present work seeks to observe these phenomena through bibliographic review and analysis of data collected by other researches, observing what has been produced at the normatively and academically about the virtual environment.

## **KEY-WORDS**

Internet; Children e Adolescents; Data Protection; Education; Parenting

## **LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS**

Gráfico 1 – Indivíduos utilizando a Internet, 2005-2019

Figura 1 – Estado da Ciberlegislação em Relação com Parâmetros Internacionais

Gráfico 2 – Tipos de Incidentes Reportados ao Cert.br

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO 1 - COMPUTADOR, CELULAR E TABLET COMO ITENS BÁSICOS NA VIDA DO SÉCULO 21.....</b>	<b>15</b>
1.1 A NOVA REALIDADE MULTICONECTADA.....	15
1.2 CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA INTERNET.....	18
<b>CAPÍTULO 2 - A QUESTÃO COMPORTAMENTAL: INCLUSÃO, PERTENCIMENTO E IDENTIDADE NA ERA DIGITAL.....</b>	<b>22</b>
<b>CAPÍTULO 3 - LIBERDADE E PRIVACIDADE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO ACESSO À INTERNET.....</b>	<b>28</b>
3.1 O DIREITO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES À PRIVACIDADE E O DEVER DE CONTROLE DOS PAIS.....	28
3.2 A PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....	35
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>48</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>51</b>

## INTRODUÇÃO

Embora pretenda-se a internet como um ambiente democrático, neutro e aberto, a realidade revela que, na prática, trata-se de ambiente muito mais controlado pelos provedores das redes do que pelos seus usuários, havendo portanto uma disparidade de poderes entre as partes dessa relação.

O modelo de negócio adotado pela maior parte dos ambientes digitais atualmente tem relação com oferta de utilização gratuita ou pouquíssimo onerosa aos usuários, condicionada à utilização de seus dados para análise e manipulação de modo a gerar, principalmente, modelos de previsibilidade de comportamento com alto índice de assertividade, que sejam de interesse de outras corporações para fins comerciais.

Diante disso, é correto dizer que, na internet, tudo são dados, não somente os registros inseridos. Para além do RG, do CPF e do nome completo, cada clique, o tempo de visualização de uma foto, o tipo de conteúdo que uma pessoa costuma consumir em um certo horário do dia e até mesmo uma palavra que tenha sido digitada e apagada logo em seguida são dados de interesse a serem parametrizados e utilizados pelas corporações.

Esse grande volume de dados manipulados e transitados na internet passou a ser denominado *big data*, que, segundo CARVALHO (2019, p. 10),

O big data compreende, desse modo, uma nova forma de captar, analisar, armazenar e, extrair valor de uma grande quantidade de informações, possibilitando, dentre outros, a tomada de decisões automatizadas, o aumento na eficiência empresarial e governamental, criando novos modelos de negócios e gerando substancial riqueza, além da resultante economia de recursos (GOMES, 2017).

Nesse novo modelo de negócio, baseado na manipulação dos dados circulados na internet, a remuneração dos provedores das redes virtuais vem, principalmente, da



monetização das publicidades feitas com base nas previsões comportamentais desenvolvidas a partir das informações colhidas, as quais tendem, obviamente, a gerar muito mais resultados - ou seja, mais lucro.

Ocorre que nem sempre os usuários da internet, adultos e principalmente crianças e adolescentes, conseguem diferenciar quando estão diante de conteúdos monetizados. Trata-se, portanto, de uma forma de manipulação e de poder exercido pelos donos das plataformas digitais com relação aos usuários.

A operação desse modelo de negócio recebeu uma conceituação por ZUBOFF (2015), sendo chamada de Capitalismo de Vigilância - modelo econômico baseado, exatamente, na monetização a partir de dados coletados dos usuários.

A criação dos modelos de previsibilidade de comportamento não tem relação apenas com o direcionamento posterior de publicidades, sendo utilizada, também, para a retroalimentação do ciclo de atração do usuário às plataformas digitais, para fazer com que ele volte a fornecer mais dados. Essa atitude nas redes costuma ser denominada como “engajamento”.

Para a criação desses modelos, os provedores de internet dependem do trabalho de algoritmos, inteligências artificiais programadas e voltadas, nesses casos, à análise e reconhecimento de padrões de comportamento.

Ocorre que não há parâmetros institucionalizados, até o momento, capazes de impedir que os algoritmos desenvolvam inteligência além do esperado, ameaçando o bem-estar humano.

O caráter preditivo cada vez mais avançado desses modelos leva a conexões mais acertadas sobre cada usuário, explorando a vulnerabilidade da psicologia humana ao gerar interfaces cada vez mais viciantes. Isso porque, segundo estudos biológicos, o cérebro humano produz descargas de dopamina ao fazer conexões com outros indivíduos, fazendo com que a internet e principalmente as redes sociais, ao viabilizar interações, adquiram potencial para gerar adições (LIU et al., 2015).

Além disso, as interações curtas e instantâneas nas redes de internet podem levar a uma percepção rasa sobre o que deve receber atenção e ser valorizado socialmente, levando a problemas de autoestima e outras desordens relacionadas.

Por outro lado, a internet, ao aumentar as possibilidades de conexões entre indivíduos, também oferece como risco a facilitação de ataques por pessoas mal intencionadas, podendo gerar danos psicológicos, financeiros e até mesmo físicos às vítimas.

Os prejuízos causados na internet têm a particularidade de se expandir, à medida em que eventuais compartilhamentos e visualizações de um conteúdo lesivo se multiplicam em instantes. Eles também podem gerar problemas graves no que concerne ao esquecimento de fatos indesejados, já que é quase impossível apagar um conteúdo de toda a internet.

Todos esses fatores se tornam ainda mais prejudiciais quando se trata de crianças e adolescentes que utilizam a internet. É importante esclarecer que os termos “criança” e “adolescente” serão utilizados neste trabalho no sentido delimitado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990), que prevê em seu artigo 2º: “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.”

O chamado jogo da Baleia Azul veio à tona na grande mídia brasileira em meados de 2017, com o surgimento de notícias sobre adolescentes que teriam causado feridas em si mesmos, se mutilado ou mesmo tentado suicídio, por incentivo de uma espécie de corrente propagada em redes sociais.

Embora tenha ganhado notoriedade no Brasil apenas em 2017, esse fenômeno tem registros em diversos outros países que remetem ao início de 2016. Em uma rápida pesquisa na *internet*, observa-se que o maior indício de origem do “jogo” é que ele teria surgido na rede social russa *Vkontakte*. Segundo o jornal *Novaya Gazeta*, cerca de 130 menores russos teriam cometido suicídio em razão da participação no jogo.

Do que se tem registrado até o momento, o Baleia Azul consistiu em uma série de desafios autodestrutivos e progressivos, induzidos por curadores anônimos que agiam

com ameaça aos participantes, coagindo-os a praticarem atos que os colocassem em risco e a comprovarem as atitudes por meio de fotos, fazendo-os crer que sofreriam severas consequências caso desobedecessem às exigências ou resolvessem sair do jogo. Dentre os desafios, citavam-se ações como assistir filmes de terror sem companhia, mutilar-se e até mesmo cometer suicídio.

Muito embora não faça sentido, em uma primeira análise, que o jogo tenha obtido um número considerável de vítimas no Brasil e no mundo, uma análise mais detida do perfil dos adolescentes que nele se envolveram explica o porquê de tamanha adesão ao jogo: grande parte dos adolescentes envolvidos no Baleia Azul apresentavam quadros de depressão ou algum tipo de desequilíbrio psicológico anterior à adesão à atividade.

Diante desse cenário, é natural questionar até que ponto os responsáveis por esses adolescentes deveriam ter notado desvios ou problemas comportamentais que pudessem estar ligados ao envolvimento no jogo. Ao mesmo tempo, é inevitável indagar em que medida se pode exigir dos responsáveis a vigilância do acesso dos menores à internet sem impedir, por outro lado, que crianças e adolescentes desfrutem do principal meio de informação atual com privacidade.

Da mesma forma, o crescente número de crianças e adolescentes conectados à internet está associado também ao surgimento de novas questões sociais, como transtornos relacionados à ansiedade e ao sentimento de dependência em relação às redes, bem como a regulamentação jurídica relativa a todos esses fenômenos.

A questão de partida do presente trabalho, portanto, é saber se, no contexto do ordenamento jurídico brasileiro, há regulamentação jurídica suficiente para a proteção de crianças e adolescentes na internet, sem prejuízo do direito desse grupo social à privacidade.

Este projeto de monografia pretende analisar os limites entre o direito à privacidade dos menores no acesso à internet e o dever de controle dos pais, responsáveis, escolas e demais pessoas jurídicas, decorrente dever de cuidado que lhes é imposto pela Constituição Federal.

Além disso, o presente trabalho pretende examinar, também, os limites entre o direito à privacidade das crianças e adolescentes no acesso à internet e a proteção de seus dados pessoais, quando em conflito.

O método de pesquisa adotado será o de revisão bibliográfica, atida à legislação, à doutrina especializada e a dados de pesquisas previamente realizadas sobre os temas em questão.

A partir da apropriada delimitação das perguntas iniciais e do método de pesquisa adotado, passa-se à justificativa de escolha do tema apresentado.

Embora possa parecer óbvio, não é demais afirmar que todos os temas relacionados à regulamentação jurídica da relação entre o indivíduo, a sociedade e os meios tecnológicos são atuais. Ao falar especificamente sobre a internet, essa atualidade se pronuncia ainda mais, tendo em vista a massiva penetração desse meio de comunicação na vida cotidiana.

Em verdade, pode-se dizer que a internet passou do status de um mero meio de comunicação e se tornou uma ferramenta quase onipresente na vida humana contemporânea. Dos indivíduos mais jovens aos mais velhos, não é preciso uma pesquisa aprofundada para perceber a vasta utilização da internet para qualquer tipo de tarefa – desde pesquisas simples, como a previsão do tempo ou a correta ortografia de uma palavra, até pesquisas acadêmicas robustas ou mesmo a prática de exercícios físicos.

Ao mesmo tempo em que o amplo acesso à internet significa a evolução da comunicação entre as pessoas e um maior e mais fácil acesso à informação, é certo que também gera altíssimos riscos de violação de direitos – principalmente pela alta publicidade do conteúdo lançado na rede e pela possibilidade de contato com qualquer pessoa. Assim, justifica-se a regulamentação do ambiente digital e a educação voltada ao bom uso da internet – tanto para jovens como para adultos.

Apesar disso, é inevitável observar que, se para os mais velhos - os chamados “imigrantes digitais” (PRENSKY, 2001), que conheceram a internet já na fase adulta - a questão já gera problemas e riscos, a situação se torna ainda mais delicada ao tratar-se de crianças e adolescentes, que já nasceram ou passaram boa parte da infância na era digital.

Além dos problemas de educação e adaptação para o acesso seguro à rede (os quais afetam a todos os indivíduos, independentemente da idade), o fato é que esses menores estão vivendo a maior parte da sua formação humana sob influência constante da internet – o que significa, em última análise, o desenvolvimento de um novo paradigma de pensamento e comportamento, formando o que se conceitua como “nativos digitais” (PRENSKY, 2001).

Não há como desvincular, contudo, a infância e a adolescência nos dias atuais do acesso à internet. É certo que a rede representa, hoje, o principal meio de aquisição de informação, sendo um canal importante para a educação, a cultura e até mesmo o lazer – direitos esses elencados pela Constituição Federal como prioritários à criança e ao adolescente:

“Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

Vale observar que a citada disposição constitucional só foi inserida em 2010, por meio da Emenda Constitucional nº 65. Embora desde 1990 já houvesse uma preocupação do legislador para com a situação da criança e do adolescente – esboçada na Lei 8.069/1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente -, somente em 2010 essa preocupação atingiu a maior proteção normativa possível no ordenamento brasileiro.

Isso significa que, de modo geral, é relativamente recente o reconhecimento da vulnerabilidade e da maior necessidade de proteção dos direitos de crianças e adolescentes.

Esse reconhecimento se deu com a mudança do paradigma da estrutura familiar. Nas palavras de Maria Berenice Dias (2011),

“a ‘cara’ da família moderna mudou. O seu principal papel é de suporte emocional do indivíduo, em que há flexibilidade e, indubitavelmente, mais intensidade no que diz respeito a laços afetivos”

Diferente da antiga visão da família como unidade de cunho essencialmente patrimonial, em que cada integrante deveria cumprir um papel específico para o incremento e a preservação dos bens familiares, observa-se que a tendência atual é o primado da solidariedade e da conexão sentimental entre os integrantes.

Não por outro motivo, tem-se admitido cada vez mais a flexibilização da estrutura familiar, para reconhecer como família o que o indivíduo assim entende, e não somente o que o Estado define. Provas dessa tendência são o reconhecimento jurídico do casamento homoafetivo, da filiação socioafetiva e até mesmo da união estável.

Toda essa mudança de paradigma tem por fundamento o amadurecimento da ideia de primazia da dignidade humana como centro axiológico do ordenamento jurídico, no entendimento de que o bem-estar do indivíduo deve se sobrepor ao mero cumprimento dos requisitos legais.

No que tange aos direitos das crianças e dos adolescentes, a situação toma especial contorno por tratar-se de indivíduos titulares de direitos, mas sem capacidade jurídica para exercê-los autonomamente. A responsabilidade pela garantia dos direitos dos menores cabe principalmente aos pais e responsáveis, através do exercício da autoridade parental – a qual deve ser desempenhada com observância ao princípio do melhor interesse do menor - e a outros atores (o Estado, a escola e a sociedade).

Por outro lado, observando que a dinâmica do acesso à internet por crianças e adolescentes geralmente se dá de maneira privada e fora da vista dos responsáveis, é notório o perigo de que, ao se atribuir aos pais a responsabilidade irrestrita por danos gerados pelos menores em decorrência do mau uso da internet, acabe-se por colocar nos responsáveis demasiado dever de vigilância que acabe por restringir a liberdade dos próprios menores no acesso à internet, prejudicando o desenvolvimento adequado de suas personalidades.

Assim, o tema se mostra atual e relevante, já que a internet tende a se inserir cada vez mais cedo na vida dos indivíduos. E esse futuro não é muito distante, tendo em vista

o aumento no número de crianças e adolescentes na internet nos últimos anos e, em especial, em 2020, a partir da pandemia da COVID-19.

No que tange à primeira questão apontada, referente à existência de um direito da criança e do adolescente à privacidade no acesso à internet, a hipótese inicial é que de fato existe o aludido direito de acesso privativo. Tal hipótese tem por fundamento a dignidade humana do menor, que, mesmo em situação de vulnerabilidade pela sua condição de progressivo desenvolvimento, é igual merecedor da garantia de acesso à internet.

Quanto ao segundo questionamento indicado, a hipótese inicial é de que não haja uma margem para exercício do direito à privacidade pela criança e pelo adolescente quando em oposição à proteção de seus dados pessoais, tendo em vista a relevância de tal proteção e os riscos apresentados pela desconsideração dos mesmos.

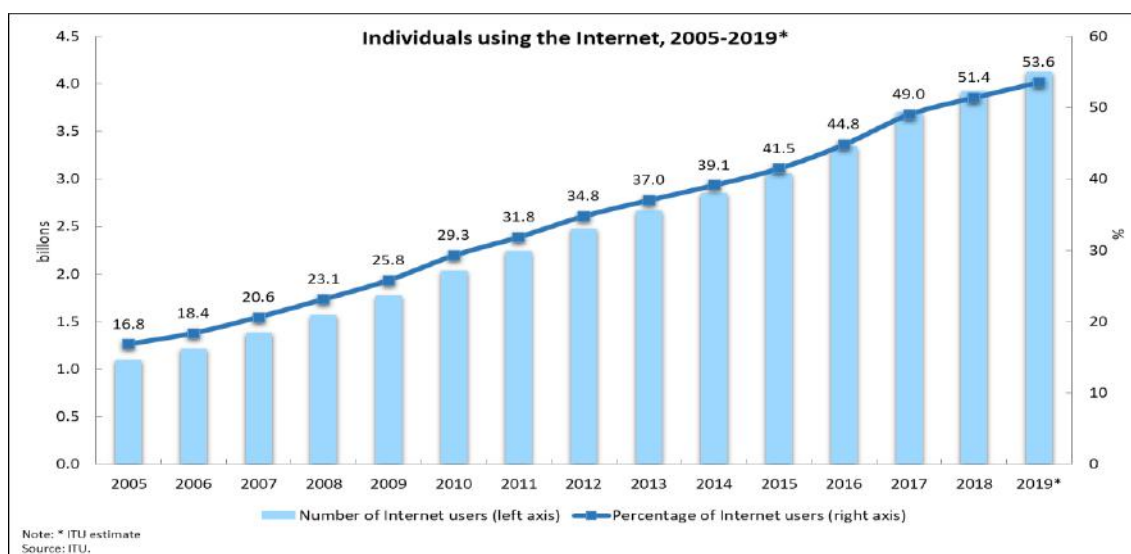
## CAPÍTULO 1: COMPUTADOR, CELULAR E TABLET COMO ITENS BÁSICOS NA VIDA DO SÉCULO 21

### 1.1 A NOVA REALIDADE MULTICONECTADA

Parecem não restar dúvidas, em 2020, quanto à importância da Internet para a manutenção da vida humana contemporânea, em seus diversos aspectos.

Em todo o mundo, o uso da Internet já vinha aumentando vertiginosamente desde 2005, ano em que foram iniciadas as estatísticas da União Internacional de Telecomunicações, agência especializada das Nações Unidas. Segundo ela, o planeta já contava com 4.1 bilhões de usuários da Internet no final de 2019, representando 53,6% da população global:

**GRÁFICO 1 - INDIVÍDUOS UTILIZANDO A INTERNET, 2005-2019**



Esse movimento crescente e, ao que tudo indica, irrefreável, indica a materialização do que se denomina como Sociedade Convergente: uma estrutura social marcada pelo encurtamento das distâncias com maior eficiência de custos, pela multicomunicação (através de voz, texto e imagem), pela capacidade de respostas cada vez mais ágeis entre os indivíduos, viabilizadas por transmissões em tempo real, e pela interatividade dos próprios aparelhos eletrônicos entre si (PINHEIRO, 2016, p. 62-64).



Cabe aqui ressaltar que o conceito de Sociedade Convergente configura o aprimoramento de um dos aspectos da Sociedade da Informação, cunhada por CASTELLS (2000), que tem como características principais: (i) a presença da informação como matéria-prima da atividade humana; (ii) a alta penetrabilidade das novas tecnologias na atividade humana; (iii) a predominância da lógica das redes; (iv) a flexibilidade de processos; e (v) a convergência entre tecnologias.

Para a maior parte dos cidadãos contemporâneos, já não se imagina a vida sem plataformas de *streaming*, vídeo conferências, memes, troca de mensagens instantâneas ou o uso de buscadores online para as mais variadas dúvidas e curiosidades.

O relatório “Video Game Consumer Segmentation”, publicado pela consultoria DFC Intelligence em 2020, indicou que hoje há 3 bilhões de pessoas que jogam videogames, o equivalente a 40% da população global. Os jogos eletrônicos atuais movimentam uma quantia considerável de valores e uma parcela relevante do mercado, chegando a serem equiparados, em volume e complexidade, às economias de alguns países.

O isolamento social imposto pela pandemia da COVID-19, em 2020, obrigou a realidade a se tornar ainda mais “online” para a manutenção das relações – sejam elas afetivas, comerciais, trabalhistas ou políticas - em tempos de distanciamento físico. Do lazer à assinatura de contratos, não há como refutar que foi a Internet quem permitiu a continuação do fluxo da vida contemporânea o mais próximo possível do “normal” (que não é velho e nem exatamente novo, afinal).

Essa capilarização da internet na realidade humana tomou ainda mais corpo durante o isolamento social. Dados divulgados pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e veiculados pelo portal jornalístico G1 (LAVADO, 2020) indicam que o número de usuários da internet no Brasil cresceu entre 40 e 50% durante a pandemia, intensificando a exposição de todos às redes.

O aumento do uso da internet leva, inevitavelmente, ao crescimento do número de conflitos dentro dela ou a ela relacionados, atraindo a necessidade da proteção jurídica para regulamentar o ambiente virtual, garantir a coexistência democrática entre todos os

usuários e impedir, assim, uma assimetria entre a sociedade “real” e a “virtual”. Afinal, trata-se não apenas de uma rede de computadores, mas, principalmente, de uma “rede mundial de Indivíduos” (PINHEIRO, 2016, p. 47-48).

O anseio pela regulamentação jurídica na internet decorre justamente da concepção de que as ações realizadas no mundo online não estão dissociadas do mundo físico, configurando, portanto, uma opção social no sentido de que ambos sigam os mesmos valores e regras. De acordo com POLIDO, ANJOS e BRANDÃO (2018, p. 57), “a atividade online integra os padrões sociais e altera as regras jurídicas, que devem se atualizar para garantir a proteção dos direitos individuais e coletivos”.

Nem sempre foi bem aceita, contudo, a influência das normas jurídicas no ambiente online. Para muitos, a Internet seria autossuficiente a ponto de possibilitar a resolução de eventuais conflitos que nela surgissem sem a necessidade de mecanismos estatais, através dos próprios códigos que a programaram. Segundo PEREIRA (2001, p. 636):

“Perante um estado de aparente anarquia em linha, os tecnólogos reivindicaram para si a soberania do ciberespaço com promessas de uma teia comunicativa livre de direito. A internet seria um verdadeiro ‘woodstock electrónico’, no qual tudo seria livremente partilhável. Os eventuais problemas seriam resolvidos segundo a máxima clarkiana ‘a resposta para a máquina está na máquina’, tendo em conta a segurança oferecida pelas tecnologias criptográficas. Os juristas não teriam lugar num tal mundo, desde logo por lhes faltar a competência: a internet não seria regida pela lei dos Estados mas antes pelos códigos dos informáticos. Na internet não existiria Estado com poder normalizador capaz de impor aos seus súbditos as suas leis através dos seus órgãos judiciários.”

Em verdade, tanto as normas jurídicas como os códigos de software são estruturas projetadas para controlar o comportamento, sendo inclusive mais fácil violar uma lei do que um código-fonte (LESSIG *apud* PINHEIRO, 2016, p. 56).

O grande diferencial do Direito é que ele possui uma melhor adaptabilidade às mudanças da realidade social, conferindo segurança de expectativas a uma configuração social e estatal que se pretende perpetuar. O Direito é, portanto, responsável pelo equilíbrio da relação comportamento-poder (PINHEIRO, 2016, p. 57), sendo vital para a manutenção do contrato social primário de um grupo que se entende como Estado.

As principais ferramentas que viabilizam a conexão nas redes são, sem dúvidas, os dados. Desde registros como nome e RG até tendências de interesses e históricos de acesso, todas essas informações configuram uma teia de recursos que estão em constante parametrização e manipulação pelos provedores de internet. Todas as informações associadas ao uso da internet são dados a serem explorados pelos controladores dos espaços virtuais.

Ocorre que nem sempre os usuários, titulares dessas informações, consentem ou sequer tomam conhecimento de suas aplicações, configurando o que se entende por assimetria de poderes entre os provedores das plataformas digitais e os seus utilizadores. É essa assimetria que coloca os indivíduos em situação de vulnerabilidade com relação às plataformas digitais, ensejando a necessidade de tutela jurídica para equilíbrio dessa relação.

É por isso que, para a garantia de uma internet segura e democrática, é imprescindível a proteção dos dados pessoais, sendo esta entendida atualmente como um direito fundamental em diversos ordenamentos jurídicos contemporâneos. (DONEDA, 2011, p. 92).

Cumprе ressaltar, contudo, que o dever de proteção aos dados compartilhados em rede é oponível não somente aos controladores das redes, mas também ao Estado e às demais pessoas jurídicas que possam vir a obter e manipular essas informações.

A necessidade de proteção no ambiente digital não se resume, contudo, à manipulação dos dados pessoais. Para além desse âmbito, há que se tutelar também a necessidade de segurança contra ataques entre usuários - escopo ainda não tratado de forma específica no ordenamento jurídico brasileiro, como será mencionado adiante.

## **1.2 CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA INTERNET**

Diante da transformação social, econômica e cultural mencionada anteriormente, as crianças e adolescentes do presente tempo histórico já nascem, crescem e se formam enquanto indivíduos e cidadãos sob novos paradigmas de coletividade, individualidade, comunicação e normatização. Eles são os chamados “nativos digitais” (PRENSKY,

2001), com cérebros biologicamente condicionados a uma realidade multiconectada e em franca ascensão.

Crianças e adolescentes são parte crucial do movimento de aumento dos usuários na internet. O relatório *Children in a Digital World*, publicado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2017) demonstrou que um terço dos indivíduos que se conectavam às redes no mundo todo, à época, eram crianças, perfazendo o total de 71% de jovens online, em comparação com 48% da população total.

No mesmo sentido, a pesquisa TIC Kids Online Brasil 2019, realizada pelo Cetic.br (Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, departamento ligado ao Comitê Gestor da Internet no Brasil) demonstrou que, no ano mencionado, 89% das crianças e adolescentes entre 9 e 17 anos de idade estavam conectadas.

Com o aumento dos usuários em geral, já mencionado anteriormente, não é de se espantar que o número de crianças e adolescentes conectados tenha aumentado ainda mais em 2020, especialmente em decorrência da interrupção das aulas presenciais nas escolas e da migração para o regime de Educação à Distância, impulsionados pelo isolamento social decretado como medida de combate à pandemia da COVID-19.

Os projetos U-Report Brasil, Viração, Rede Conhecimento Social e Consulta Brasil realizaram quatro enquetes com 2.000 crianças e adolescentes de diferentes partes do país entre abril e junho de 2020, cujos resultados demonstram a magnitude da participação de menores nas redes: sobre o uso da internet em geral, 51% dos participantes responderam que já utilizavam a internet mais de uma vez por dia antes da quarentena e 71% responderam que aumentaram a frequência de acesso durante a pandemia.

Muito embora as crianças do mundo atual sejam “nativas digitais” (PRENSKY, 2001), há que se considerar a vulnerabilidade desse grupo social diante das redes. Se a relação usuário-rede já tende a uma assimetria geral, tendo em vista o desequilíbrio de poderes entre os internautas e as plataformas digitais, os mais jovens tendem a sofrer ainda mais com esse descompasso, uma vez que ainda estão em fase de desenvolvimento

cognitivo, psíquico, cultural e comportamental, podendo sofrer maiores danos com eventuais ataques mal intencionados e ser mais sugestionáveis.

Apesar da tentativa de se garantir uma internet neutra, ampla e democrática, a realidade atual ainda é de que os usuários de modo geral, principalmente crianças e adolescentes, muitas vezes têm dificuldades em identificar quando estão sendo manipulados de alguma forma no ambiente virtual. Isso faz com que constantemente acabem sendo alvo de publicidades disfarçadas e sofrendo pressões psicológicas para adequação a padrões de comportamento, consumo e aparência, para além de ataques diretos a suas integridades físicas e psicológicas, como no caso da Baleia Azul.

Cabe ressaltar, aqui, que a publicidade para menores de 12 anos é proibida no Brasil, tanto na internet como fora dela, através da Resolução nº 163/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Ainda assim, observa-se com frequência a realização velada de anúncios em plataformas digitais.

Sobre isso, o seminário apresentado pelo MediaLab da Escola Superior de Marketing e Publicidade (ESPM) em 2016 indica que, entre 2015 e 2016, a audiência dos vídeos de *unboxing* (apresentação de produtos) no Youtube cresceu cerca de 975% entre crianças e adolescentes.

O relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2017) destaca que o nível de vulnerabilidade psicossocial de uma criança antes da exposição à internet tende a influenciar em um uso mais ou menos saudável das redes:

(...) whether and how much children benefit from digital experiences has much to do with their starting points in life. While those with strong social and familial relationships are likely to use the internet to bolster these relationships – leading to improved well-being – children experiencing loneliness, stress, depression or problems at home, for example, may find that the internet compounds some of these existing difficulties.

Outro ponto é a existência - ou não - de conteúdos realmente relevantes e agregadores a serem consumidos nesse período da vida humana, de desenvolvimento e aprendizagem. O já mencionado relatório da UNICEF (2017) demonstrou que,

aproximadamente, 56% de todos os sites na internet estão em inglês e muitas crianças não conseguem encontrar conteúdos que entendam ou que sejam culturalmente relevantes para elas.

O seminário apresentado pelo MediaLab da Escola Superior de Marketing e Publicidade (ESPM) em 2016 indica que, dos 100 canais de maior audiência do YouTube, 48 são de conteúdos voltados para crianças e adolescentes, sendo que a maior parte das inscrições dos indivíduos entre 0 e 12 anos se concentram entre canais com conteúdos sobre Minecraft e outros jogos de videogame, youtubers mirins ou teen e *unboxing*.

Não há como negar, por outro lado, o enorme potencial das redes como fonte de conhecimento e de socialização, permitindo, especialmente no período de isolamento social ocasionado pela pandemia da COVID-19, a continuidade da aprendizagem de milhares de estudantes e a permanência dos mais variados vínculos (com parentes, amigos, professores, etc.), imprescindíveis ao desenvolvimento saudável do ser humano.

Nesse sentido, o que se observa é que a internet fornece, por um lado, um ambiente promissor e, ao que tudo indica, inevitável para o desenvolvimento da infância e da adolescência das próximas gerações, apresentando, contudo, perigos que ensejam uma melhor tutela jurídica para impedir os potenciais prejuízos.

## CAPÍTULO 2

### A QUESTÃO COMPORTAMENTAL: INCLUSÃO, PERTENCIMENTO E IDENTIDADE NA ERA DIGITAL

Dentre os principais fatores que levam à aderência dos usuários à internet estão a ideia de pertencimento e o senso de comunidade trazidos por ela. A realidade multiconectada permite a interação entre indivíduos de diversos segmentos sociais, possibilitando que pessoas com interesses em comum, mas que estejam afastadas fisicamente, se encontrem com mais facilidade do que no mundo real.

Não raro, ouvimos histórias de pessoas que encontraram suas “tribos” na internet. As redes sociais, especificamente, potencializam esse processo, uma vez que se baseiam na auto-exposição dos usuários, permitindo que eles construam uma apresentação virtual apartada da realidade e descubram os interesses demonstrados pelos demais, resignificando, assim, suas identidades individuais e coletivas.

Esse potencial das redes é positivo na medida em que permite a redução do sentimento de desconexão social, contribuindo, conseqüentemente, para o aumento da autoestima. Em análise específica sobre o Facebook, mas que poderia ser aplicada, por analogia, a outras plataformas digitais, SEIDMAN (2013, p. 402) assevera:

Facebook can be an effective method for coping with feelings of social disconnection (Sheldon, Abad, & Hirsch, 2011), as it enables peer acceptance and relationship development (Yu, Tian, Vogel, & Kwok, 2010) and boosts self-esteem (Gonzales & Hancock, 2011; Steinfield, Ellison, & Lampe, 2008).

Nesse sentido, REGAN (2010, p. 161) destaca que, embora as redes possam apresentar recursos que limitam a criatividade de crianças e adolescentes na demonstração de suas identidades no ambiente online, elas ainda apresentam espaço para propiciar o empoderamento desses indivíduos:

But interestingly, our analysis also indicates that the architecture and the social character of SNS do allow for empowerment to emerge in what is otherwise a surveillance environment. Although at first glance the architecture of many of these sites constrains the creativity that young people might otherwise bring to their presentations of self, social engagements, and political activity – and we don’t deny that it does have this effect – the architecture also creates spaces and places that young people can and do use to empower themselves.

Por outro lado, é preocupante o potencial da internet em favorecer o isolamento dos indivíduos em “bolhas” virtuais, enfraquecendo as conexões entre os diferentes. Quanto mais uma pessoa, principalmente criança ou adolescente, mantém contato com indivíduos de interesses comuns online, maior tende a ser a possibilidade de que ela se esforce menos para interagir com aqueles que possuem pontos de vista diferentes.

O senso de pertencimento e de auto-apresentação representam as maiores motivações para a utilização das redes sociais de internet, permitindo que os usuários tenham, em tese, poder de escolha sobre o que irão compartilhar ou não (SEIDMAN 2013, p.402):

The need to belong is the fundamental drive to form and maintain relationships (Baumeister & Leary, 1995) and a major motivator of Facebook use. Facebook allows users to fulfill belonging needs through communicating with and learning about others.

The second major motivation for Facebook use is self-presentation. Facebook activities that accomplish self-presentational goals include posting photographs, profile information, and wall content (Zhao, Grasmuck, & Martin, 2008).

Como dito, a internet possibilita a construção de nova identidade para o indivíduo, baseada no que ele *escolhe* compartilhar. Assim, uma pessoa pode ser reconhecida em suas comunidades virtuais por características que ela sequer revela para aqueles com quem convive fisicamente (SEIDMAN, 2013, p. 402):

Research has shown that popularity seeking users tend to disclose information on Facebook (Christofides, Muise, & Desmarais, 2009; Utz, Tanis, & Vermeulen, 2012), engage in strategic self-presentation, and enhance their profiles (Utz et al., 2012). Nonetheless, profiles generally represent accurate self presentation (Back et al., 2010).

The Internet can provide a unique venue for expressing alternate selves. According to McKenna, Green, and Gleason (2002), some individuals, particularly those high in social anxiety, feel able to express hidden self-aspects (characteristics currently part of the self, but not normally expressed in everyday life) on the Internet. Possible and ideal selves may also be presented online, as demonstrated by a content analysis of SNS profiles (Manago, Graham, Greenfield, & Salimkhan, 2008). This expression of alternate selves may seem to contradict findings that online profiles are accurate. However, elements of both actual and possible selves can be presented via online profiles, and personality may affect the extent to which these selves are presented.



Ocorre que a massificação da utilização das redes nas sociedades tem feito com que essa prática seja, cada vez mais, um costume social, um traço cultural desse tempo histórico, que ultrapassa as fronteiras da idade. Diante disso, a decisão de participar ou não de uma rede social deixa de depender exclusivamente da vontade do usuário. Sobre isso, BAUMANN (p. 9, 2007):

Seria um erro grave, contudo, supor que o impulso que leva à exibição do “eu interior” e a disposição de satisfazer esse impulso sejam manifestações de um vício/anseio singular, puramente geracional e relacionado aos adolescentes, por natureza ávidos, como tendem a ser, para colocar um pé na ‘rede’ (termo que está rapidamente substituindo ‘sociedade’, tanto no discurso das ciências sociais quanto na linguagem popular) e lá permanecer, embora sem muita certeza quanto à melhor maneira de atingir tal objetivo.

Um importante efeito psicológico do uso da internet, relacionado ao sentimento de pertencimento, é o chamado Fear Of Missing Out (FoMO). Conceituado, em linhas gerais, como uma ansiedade relativa à participação nas redes, o FoMO é uma condição psíquica patológica gerada pelo medo de não participar, em tempo real, direta ou indiretamente, dos acontecimentos virtuais. Segundo OBERST (2017, p. 3),

Fear of missing out (FOMO) is described as “(...) a pervasive apprehension that others might be having rewarding experiences from which one is absent (...)” and “(...) a desire to stay continually connected with what others are doing” (Przybylski, Murayama, DeHaan, & Gladwell, 2013, p. 1841). Although FOMO is not necessarily a phenomenon exclusive to social media users, individuals with high FOMO might feel compelled to check their social media more often in order to keep up to date on their friends' plans and activities. To date, FOMO has produced more interest in the media than in scientific publications. Although there is still very little literature available on this relatively new construct and its theoretical underpinnings, some scholarly publications showed FOMO to be a mediator variable between personal characteristics and social media engagement. It has been proposed that FOMO could serve as a mediator linking deficits in psychological needs to social media engagement, and FOMO also turned out to be a mediator between different indicators of well-being (need satisfaction, general mood and life satisfaction) and social media engagement (Przybylski et al., 2013). FOMO also mediated the direct relationship between motivational factors and social media engagement in the classroom (Alt, 2015). In a recent study, FOMO has been shown to be a predictor of smartphone addiction (Chotpitayasunondh & Douglas, 2016). We can conclude that individuals with a low degree of basic need satisfaction (for instance, of connectedness with others) could be more tempted to engage with social media, because SNS, especially when accessed via mobile devices, serve as an easy means of staying in touch with others and participating in their lives (Casale & Fioravanti, 2015). FOMO would explain the tendency for people with chronic deficits in psychological need satisfaction to constantly seek out updates and possibilities to engage with social media, even when this takes place in potentially inappropriate or dangerous situations, e.g. while driving (Przybylski et al., 2013), attending a lesson (Alt, 2015; Turkle, 2011), or being in a face-to-face conversation (Chotpitayasunondh & Douglas, 2016).

Esse medo tem relação com um receio de sair do fluxo instantâneo de informações, que faz parte do paradigma da multiconectividade. Ao não conseguir acompanhar os fatos veiculados na internet em tempo real, o indivíduo que experiencia o Fear Of Missing Out se sente desatualizado, como se ele mesmo não fizesse mais parte do tempo em que vive.

A situação toma proporções ainda maiores ao se tratar de crianças e adolescentes, que, sendo nativos digitais (PRENSKY, 2001), não conheceram outra forma de pensar e sentir o mundo senão no contexto da multiconectividade.

PRZYBYLSKI et al. (2013, p. 1842) afirma que o Fear of Missing Out pode estar psicologicamente associado, direta ou indiretamente, a baixos níveis de satisfação das necessidades básicas do indivíduo:

Following this line of thought, low levels of basic need satisfaction may relate to FoMO and social media engagement in two ways. The link could be direct, individuals who are low in basic need satisfaction may gravitate towards social media use because it is perceived as a resource to get in touch with others, a tool to develop social competence, and an opportunity to deepen social ties. The relation between basic needs and social media engagement could also be indirect, that is, linked by way of FoMO. Providing that need deficits could lead some towards a general sensitivity to fear of missing out, it is possible that need satisfaction is linked to social media use only insofar as it is linked to FoMO. Said differently, fear of missing out could serve as a mediator linking deficits in psychological needs to social media engagement.

Essa percepção indica que crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade psicológica podem vir a ser, em linhas gerais, mais afetadas pelo Fear Of Missing Out, experienciando maior dependência com relação à participação nas redes e ficando consequentemente mais expostas às influências online.

OBERST (2017, p. 3) ressalta esse efeito específico em adolescentes:

Adolescents with psychopathological problems (especially anxiety and depression) could also develop higher FOMO because of their perceived social deficits. Being connected with and being accepted by one's peers is of utmost importance in adolescence (Desjarlais & Willoughby, 2010), so SNS are especially attractive for these younger individuals, in order to provide them greater levels of social involvement. By using SNS, these adolescents may be able to satisfy their need to belong, but they also have a higher risk of suffering

from anxiety when they have the feeling that they do not belong and that they are missing out on important shared experiences.

O resultado do estudo “FoMO in society”, realizado por PRZYBYLSKI et al. (2013, p. 1844) indicou que participantes mais jovens tendem a gerar níveis mais altos de Fear Of Missing Out, sentindo-se mais impelidos a participar das mídias sociais. Embora o estudo não tenha sido realizado com crianças e adolescentes, mas apenas com jovens adultos, esse resultado reforça a indicação de que pode existir uma relação inversamente proporcional entre a idade e o ímpeto psicológico de participação na internet.

O estudo “Affective and behavioral correlates of FoMO”, também realizado por PRZYBYLSKI et al. (2013, p. 1845-1846) indica ainda a relação do Fear Of Missing Out com maiores índices de distração ao aprender e com o sentimentos ambivalentes durante o uso de mídias sociais.

Para todos os usuários, mas principalmente para crianças e adolescentes, a experiência na internet, especialmente nas mídias sociais, também está associada à redução da autoestima e a uma piora na auto-percepção, gerando questões sensíveis que vão desde de dismorfias com relação ao próprio corpo (HIMANSHU et al., 2020) até a dificuldades no sono, sintomas potencialmente associados ao desenvolvimento de patologias psicológicas como depressão e ansiedade e à ocorrência, em casos extremos, de auto-lesões ou suicídio.

Nesse sentido, a pesquisa realizada por KELLY et al. (2018) concluiu que

The magnitude of association between social media use and depressive symptoms was larger for girls than for boys. Compared with 1–3 h of daily use: 3 to < 5 h 26% increase in scores vs 21%; ≥ 5 h 50% vs 35% for girls and boys respectively. Greater social media use related to online harassment, poor sleep, low self-esteem and poor body image; in turn these related to higher depressive symptom scores. Multiple potential intervening pathways were apparent, for example: greater hours social media use related to body weight dissatisfaction (≥ 5 h 31% more likely to be dissatisfied), which in turn linked to depressive symptom scores directly (body dissatisfaction 15% higher depressive symptom scores) and indirectly via self-esteem.

A internet realmente não está dissociada do mundo real. Muito pelo contrário, ela produz efeitos diretos no comportamento de seus usuários, estimulando mudanças psicológicas e práticas, relacionadas diretamente à forma como as inteligências artificiais

são capazes de compreender as ações dos utilizadores e, com base nelas, construir modelos de ações futuras, manipulando os internautas conforme os interesses de quem realmente paga pelos serviços das plataformas digitais: as pessoas jurídicas que nelas anunciam.

Nesse sentido, há que se destacar a necessidade de uma educação digital para os indivíduos de todas as idades e estratos sociais, voltada tanto ao conhecimento técnico como ao âmbito comportamental, para garantia de que a internet se desenvolva de forma democrática e que não ameace o bem-estar e o desenvolvimento social de nenhum grupo em específico.

Nesse sentido, (TAKAHASHI, 2000, p. 45):

(...) educar em uma sociedade da informação significa muito mais que treinar as pessoas para o uso das tecnologias de informação e comunicação: trata-se de investir na criação de competências suficientemente amplas que lhes permitam ter uma atuação efetiva na produção de bens e serviços, tomar decisões fundamentadas no conhecimento, operar com fluência os novos meios e ferramentas em seu trabalho, bem como aplicar criativamente as novas mídias, seja em usos simples e rotineiros, seja em aplicações mais sofisticadas. Trata-se também de formar os indivíduos para “aprender a aprender”, de modo a serem capazes de lidar positivamente com a contínua e acelerada transformação da base tecnológica.

(...)

A atração que as novas tecnologias exercem sobre todos – de formuladores de políticas e implementadores de infraestrutura e aplicações de tecnologias de informação e comunicação até usuários de todas as classes e idades – pode levar a uma visão perigosamente reducionista acerca do papel da educação na sociedade da informação, enfatizando a capacitação tecnológica em detrimento de aspectos mais relevantes

### **CAPÍTULO 3: LIBERDADE E PRIVACIDADE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO ACESSO À INTERNET**

#### **3.1 O DIREITO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES À PRIVACIDADE E O DEVER DE CONTROLE DOS PAIS**

A tutela dos direitos de crianças e adolescentes no ordenamento jurídico brasileiro tem como paradigmas, atualmente, a absoluta prioridade à salvaguarda desse grupo social e a sua proteção integral.

A absoluta prioridade na tutela da criança e do adolescente está prevista no artigo 227 da Constituição Federal:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A proteção integral, por sua vez, está positivada no artigo 1º do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990): “Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente”.

Ambos os princípios partem do reconhecimento de que tais indivíduos são sujeitos de direitos em fase especial de desenvolvimento, e por isso merecem tutela jurídica em duas esferas: uma de proteção (passiva), para resguardo contra quaisquer ameaças de lesão; e outra de não-impedimento (ativa), para que nada impeça ou dificulte, em qualquer âmbito, a sua evolução plena até a vida adulta.

Nesse sentido, a tutela conferida pela doutrina da proteção integral remete diretamente aos conceitos de liberdade positiva e negativa trazidos por Isaiah Berlin (1969, p. 130), o que evidencia a corrente humanística que originou essa previsão no ordenamento brasileiro:

The first of these political senses of freedom or liberty (I shall use both words to mean the same), which (following much precedent) I shall call the 'negative' sense, is involved in the answer to the question 'What is the area within which the subject--a person or group of persons--is or should be left to do or be what he is able to do or be, without interference by other persons?' The second, which I shall call the positive sense, is involved in the answer to the question 'What, or who, is the source of control or interference that can determine someone to do, or be, this rather than that?'

O artigo 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente determina a abrangência universal dos direitos nele elencados para todos os indivíduos desse grupo social, reconhecendo a sua situação especial de desenvolvimento:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

A doutrina da proteção integral tem como principal condicionante o melhor interesse da criança, que deve ser sempre levado em consideração quando da tomada de decisões em tutela do menor. ISHIDA (2018, p. 25) demonstra que, embora esse conceito de melhor interesse já existisse no Código de Menores de 1927, o mesmo se mostrava totalmente desassociado de seu viés principal na interpretação atual, que é a dignidade da pessoa humana - fundamento da República Federativa do Brasil, conforme previsão do artigo 1º, III da Constituição Federal.

O princípio do melhor interesse da criança não está, entretanto, positivado no ordenamento jurídico brasileiro, configurando critério hermenêutico para balizamento das normas e condutas (SOTTOMAYOR *apud* TEIXEIRA, 2008, p. 296):

Embora o interesse da criança ou do adolescente seja um conceito indeterminável pelo seu caráter vago e elástico, facilitando interpretações subjetivas, tem um núcleo conceitual que deve ser preenchido por valorações objetivas. Essas se atrelam à estabilidade de condições de vida da criança, das suas relações afetivas e do seu ambiente físico e social.

Importante ressaltar o caráter isonômico do princípio do melhor interesse, uma vez que ele objetiva a tutela dos interesses de crianças e adolescentes na mesma proporção em que aos adultos, preservando, contudo, as especificidades da condição especial de desenvolvimento desse grupo social (TEIXEIRA, 2008, p. 297):

Poderíamos dizer que o núcleo conceitual (...) encontra-se, exatamente, na possibilidade de acesso e exercício dos direitos fundamentais pela criança e pelo adolescente. Tal princípio, aliado à doutrina da proteção integral, visa à proteção da criança, do adolescente, bem como de seus direitos, além de garantir-lhes as mesmas prerrogativas que cabem aos adultos.

É relativamente recente para o legislador brasileiro a adoção dos paradigmas de proteção integral e melhor interesse do menor. Até 1927, não haviam normas voltadas especificamente à proteção de menores no Brasil, aplicando-se indistintamente as regras referentes aos adultos quando necessário. Apenas nesse ano foi publicado o Decreto 17.943-A (o Código de Menores, também chamado Código Mello Mattos), que iniciou a tutela jurídica de crianças e adolescentes no Brasil.

Nesse primeiro momento não havia uma proteção propriamente dita às crianças e adolescentes. Inspirado pelo contexto social de alto conservadorismo no Brasil, o Código de Menores se voltava primordialmente a uma abordagem repressiva, para controlar e punir a delinquência juvenil. Não havia ainda uma concepção da criança enquanto indivíduo detentor de direitos, mas apenas como um objeto a ser controlado pela família ou, em situações de comportamento desviante, pelo Estado - configurando a chamada doutrina da situação irregular.

Isso significa que não havia uma proteção jurídica abrangente, que abarcasse todas as crianças e adolescentes. Na verdade, esses indivíduos permaneciam em um lugar rebaixado nos meios social, familiar e jurídico, sendo entendidos como objetos de propriedade de seus pais. Somente os que fugiam ao padrão de conduta desejado passavam a ser alvos da tutela jurídica.

Sobre esse contexto histórico, cabe destacar a previsão do pátrio poder no artigo 384 do Código Civil de 1916 (Lei 3.071/1916), cuja redação evidencia o paradigma familiar patriarcal e conservador da época:

Art. 384. Compete aos pais, quanto à pessoa dos filhos menores:

I. Dirigir-lhes a criação e educação.

II. Tê-los em sua companhia e guarda.

III. Conceder-lhes, ou negar-lhes consentimento, para casarem.

IV. Nomear-lhes tutor, por testamento ou documento autêntico, se o outro dos pais lhe não sobreviver, ou o sobrevivente não puder exercer o pátrio poder.

V. Representá-los nos atos da vida civil.

VI. Reclamá-los de quem ilegalmente os detenha.

VII. Exigir que lhes prestem obediência, respeito e os serviços próprios de sua idade e condição.

Essa orientação foi corroborada pela criação dos Juizados de Menores e pela existência, à época, de diversas escolas de tradição católica e/ou militar espalhadas pelo Brasil, tidas em alta conta pela sociedade - dentre as quais muitas carregam, até hoje, um grande prestígio social. Além disso, esse período também foi marcado pela existência das disciplinas de Moral e Cívica e de Estudos Religiosos como componentes básicos de grande parte das instituições educacionais no país.

Não havia, portanto, uma prioridade em proteger o menor, mas sim de controlá-lo para salvaguarda da sociedade, extraindo o jovem de comportamento delinquente do núcleo social e encaminhando-o para instituições corretivas.

Após a Segunda Guerra Mundial, em resposta à toda a violência e às agressões ocorridas no período, o pensamento social internacional se voltou a um paradigma humanístico de reconhecimento do indivíduo como detentor natural de direitos invioláveis, inatos e incondicionais, que deveriam ser adotados como axiomas dos ordenamentos jurídicos. Diante dessa nova onda de pensamento, crianças e adolescentes começaram a ser vistos também, por simetria, como titulares de direitos indiscutíveis, independentemente da condição de ainda não serem adultos - e em caráter especial, justamente por essa condição.

Nesse sentido, foram publicadas pelas Nações Unidas a Declaração dos Direitos do Homem, de 1948, e a Declaração dos Direitos da Criança, em 1959, que configuraram os marcos jurídicos iniciais para a gradual mudança no Direito Brasileiro sobre o tema.

Seguindo essa tendência, foram também publicadas posteriormente o Pacto de São José da Costa Rica, em 1969, e as Regras Mínimas de Beijing, em 1985. No plano nacional permanecia, contudo, a doutrina da situação irregular.



Com a ditadura militar ocorrida no Brasil em 1964, observou-se uma involução no desenvolvimento da proteção jurídica às crianças e adolescentes, diante do estabelecimento da censura e do fortalecimento do modelo de educação disciplinar. No plano legal, esse retrocesso se caracterizou, principalmente, pela redução da maioridade penal para 16 anos em 1967, que foi revertida posteriormente.

Apenas a partir da Constituição Federal de 1988, o princípio da proteção integral, apoiado pelo melhor interesse da criança e do adolescente, tomou força no ordenamento jurídico brasileiro, dentro do paradigma da dignidade da pessoa humana.

Como ressalta CRUZ (2011, p.7),

A cláusula aberta da “proteção do melhor interesse” só pode ser lida validamente à luz da dignidade da pessoa humana, a qual irá determinar que o exercício da autoridade parental valorize a construção da subjetividade de seus filhos, sua integridade psicofísica e aspectos ligados à igualdade e à sua inserção na comunidade.

Embora a salvaguarda dos direitos da criança e do adolescente seja um dever social conferido conjuntamente ao Estado, à família e à sociedade (TEIXEIRA, 2008, p. 296), o paradigma constitucional da família como base organização social (vide artigo 226 da Constituição Federal) coloca os pais e responsáveis em condição especial nesse sentido. Diz o artigo 229 da Carta Magna:

(...) os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

A autoridade parental configura um feixe de poderes-deveres atribuído pelo Estado aos pais, para serem exercidos no interesse dos filhos. (TEIXEIRA, 2008, p. 295). Aprofundando esse entendimento, TEPEDINO (2004, p. 9) a conceitua como:

situação jurídica subjetiva existencial, caracterizada pela atribuição aos pais do poder de interferência na esfera jurídica dos filhos menores, no interesse destes últimos e não dos titulares do chamado poder jurídico.

Desse modo, a autoridade parental deve ser exercida de modo a não interferir o desenvolvimento da personalidade própria dos menores. TEIXEIRA (2008, p. 296)

propõe que o exercício do poder familiar seja feito de forma inversamente proporcional ao crescimento das crianças e adolescentes:

(...) tanto maior é a atuação dos pais quanto menor são os filhos, ou melhor, quanto menos discernimento eles têm. À medida que vão crescendo, faz-se menos necessária a intervenção parental, vez que, através dessa mesma convivência e do processo educacional, vivenciam situações que lhes conduzem à paulatina aquisição da maturidade. Dessa forma, vão-se tornando mais aptos para o exercício dos direitos fundamentais e, principalmente, a fazerem opções, com mais liberdade. Entretanto, discernimento importa, para nós, o exercício da liberdade com a correlata responsabilidade, ou seja, ter condições psíquicas de assumir as conseqüências dos seus atos.

A mudança na visão sobre o que é e como deve ser exercida a autoridade parental pelos pais foi influenciada também, indubitavelmente, pela transformação no conceito de família (FARIAS, 2002):

Ao colocar em xeque a estruturação familiar tradicional, a contemporaneidade (em meio às inúmeras novidades tecnológicas, científicas e culturais) permitiu entender a família como uma organização subjetiva fundamental para a construção individual da felicidade. E, nesse passo, forçoso é reconhecer que além da família tradicional, fundada no casamento, outros arranjos familiares cumprem a função que a sociedade contemporânea destinou à família: entidade de transmissão da cultura e formação da pessoa humana digna. Nesse novo ambiente, averbe-se que é necessário compreender a família como sistema democrático, substituindo a feição centralizadora e patriarcal por um espaço aberto ao diálogo entre os seus membros, onde é almejada a confiança recíproca. Forte em GIDDENS, o que se propugna é uma verdadeira democracia das emoções da vida cotidiana: ‘uma democracia das emoções é exatamente tão importante quanto a democracia pública para o aperfeiçoamento da qualidade de nossas vidas’.

Somente a partir de 1988, com a proteção às crianças e adolescentes alçada ao patamar da dignidade humana, foi possível passar a delinear o que seria o direito dos menores à privacidade.

Além de ser um direito fundamental no ordenamento brasileiro, a privacidade é elencada pelo Código Civil (Lei 10.406/2002) como direito da personalidade, tendo portanto como características “a generalidade, a extrapatrimonialidade, o caráter absoluto, a inalienabilidade, a imprescritibilidade e a intransmissibilidade” (TEPEDINO, 2004, p. 33). Além dessas, a privacidade também tem por característica a indisponibilidade, que “retira do seu titular a possibilidade de deles dispor, tornando-os também irrenunciáveis e impenhoráveis” (TEPEDINO, 2004, p. 34).

Diante disso, conclui-se que o direito de crianças e adolescentes à privacidade é reconhecido e protegido no ordenamento brasileiro, devendo ser respeitado quando do exercício da autoridade parental ou de qualquer outra via de proteção que possa restringir a liberdade de seus titulares. CRUZ (2011, p. 7) afirma que:

(...) não há como excluir a priori o exercício de posições subjetivas ou faculdades por parte dos menores de idade apenas por tal condição. Se a constituição de uma vida autônoma faz parte da construção da subjetividade da pessoa, não pode a incapacidade legal e a subordinação dos menores à autoridade parental servir como óbice ao exercício deste direito. Tampouco há como justificar que a exclusão de toda privacidade atenda o melhor interesse da criança e do adolescente.

O abuso do poder parental é configurado quando se observa o desatendimento do melhor interesse da criança, fugindo à função primordial de permitir o desenvolvimento da personalidade do menor.

Por todos esses fatores, há que se defender que, apesar de condicionada a variáveis como a idade, o conteúdo adequado, o tempo e a forma de exposição, existe atualmente no ordenamento jurídico brasileiro um direito da criança e do adolescente à privacidade nas redes, oponível até mesmo contra os pais, guardadas as devidas proporções e, principalmente, o melhor interesse da criança (que, muitas vezes, pode ir de encontro à vontade dela).

Isso porque somente no caso concreto é possível traçar a linha entre a prevalência do melhor interesse da criança e o abuso da autoridade parental pelos pais. Sobre isso, MEIRELLES (2006, pp. 491-492):

Embora seja bom, até mesmo em nível prático, estabelecer critérios para a definição do melhor interesse da criança, a concretude do princípio só será possível diante do fato. Isto porque não se pode criar presunções do tipo “é melhor para a criança viver com o pai/mãe mais rico”, pois pode ser que o mais pobre disponha de mais tempo, laço maior de afinidade, etc. Tais critérios, portanto, são aqueles genéricos de definição caso a caso, tais como a situação econômica dos pais, os laços de afetividade, dentre outros. Com a avaliação de tantos critérios, os quais devem já ter uso corrente mesmo sem sistematização, é possível estabelecer um conteúdo ao melhor interesse da criança, sem pender para o subjetivismo.

É nas situações da vida que o princípio é concretizado. Em se tratando do princípio do melhor interesse da criança, ele traz em si certa tendência para o subjetivismo, uma vez que o julgador tende a pesar pelo juízo pessoal o melhor interesse da criança. Esse é um perigo do qual se deve fugir.

Dessa forma, há que se considerar sempre a existência de um direito à privacidade detido pelos menores quando da análise de uma proteção a ser-lhes conferida no ambiente virtual, sendo balizada pelo melhor interesse dos indivíduos sob tutela.

### **3.2 A PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

Como já mencionado nos capítulos iniciais, a disciplina jurídica da proteção aos usuários da internet já tende a uma assimetria geral, tendo em vista o desequilíbrio de poderes entre os provedores das plataformas digitais e os usuários. No caso de crianças e adolescentes, esse desequilíbrio se mostra ainda maior, tendo em vista a situação de vulnerabilidade decorrente da condição de serem indivíduos em estágio de desenvolvimento cognitivo e psíquico.

Especificamente sobre a proteção das crianças e adolescentes no ambiente digital, o que se tem atualmente como panorama jurídico são as previsões do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014) e da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018), conferindo proteção que parece, num primeiro momento, interessante e promissora diante de estatísticas tão contundentes sobre o caráter indissociável das redes com relação aos nativos digitais.

Importa esclarecer, neste momento, que ambas as legislações não trazem normas específicas sobre delitos cometidos entre usuários da internet. O Marco Civil menciona em sua Seção III a obrigação dos provedores de plataformas digitais relativa a danos gerados por terceiros, atendo-se mais à definição da parcela de responsabilidade daqueles do que a delimitar quais situações configurariam os possíveis atos lesivos e como seriam punidos.

Assim, a proteção às crianças e adolescentes usuários da internet nesse âmbito está regida, até o momento, pela legislação penal e civil, de acordo às especificidades de cada caso concreto.

Sobre a proteção de dados pessoais, o Marco Civil da Internet define a proteção da privacidade e dos dados pessoais como fundamentos da disciplina jurídica para o uso da internet, além de determinar em seu artigo 7º:

Art. 7º O acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania, e ao usuário são assegurados os seguintes direitos:

I - inviolabilidade da intimidade e da vida privada, sua proteção e indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;  
(...)

VII - não fornecimento a terceiros de seus dados pessoais, inclusive registros de conexão, e de acesso a aplicações de internet, salvo mediante consentimento livre, expresso e informado ou nas hipóteses previstas em lei;

VIII - informações claras e completas sobre coleta, uso, armazenamento, tratamento e proteção de seus dados pessoais, que somente poderão ser utilizados para finalidades que:

- a) justifiquem sua coleta;
- b) não sejam vedadas pela legislação; e
- c) estejam especificadas nos contratos de prestação de serviços ou em termos de uso de aplicações de internet;

IX - consentimento expresso sobre coleta, uso, armazenamento e tratamento de dados pessoais, que deverá ocorrer de forma destacada das demais cláusulas contratuais;

X - exclusão definitiva dos dados pessoais que tiver fornecido a determinada aplicação de internet, a seu requerimento, ao término da relação entre as partes, ressalvadas as hipóteses de guarda obrigatória de registros previstas nesta Lei;

Essa disposição legal demonstra que, até o Marco Civil da Internet, a proteção conferida pelo direito brasileiro aos utilizadores das redes se continha, em linhas gerais, ao reforço normativo do direito constitucional à privacidade e à limitação do tratamento de dados à condição de prévio consentimento pelo titular.

O Marco Civil da Internet menciona a proteção à criança e ao adolescente apenas em suas disposições finais, quando define, no artigo 29, as possibilidades de controle parental sobre conteúdo impróprio acessado pelos filhos e define a responsabilidade conjunta do poder público, dos provedores de conexão e de aplicações de internet e da sociedade civil para a educação e inclusão dos jovens na rede.

Sobre a responsabilização dos provedores de internet por danos causados aos usuários, o Marco Civil impõe como condicionante em seu artigo 19 a existência de ordem judicial expressa. Embora seja importante a manutenção da liberdade no ambiente digital (principalmente a liberdade de expressão), através da garantia de que a internet se mantenha aberta e sem qualquer tipo de censura, essa medida específica termina por limitar a proteção aos direitos dos usuários, fazendo com que seja necessário aguardar o procedimento judicial necessário - o qual, na realidade atual do Brasil, tende a ser demorado.

Repise-se que o tempo na internet é o da instantaneidade, de modo que o período de espera até a prolação de decisão judicial, mesmo em caráter liminar, pode restringir drasticamente a efetividade da mesma, diante dos possíveis compartilhamentos e salvamentos do conteúdo danoso.

Nesse ponto, vale frisar que foi legítimo o posicionamento do legislador brasileiro em instituir, desde o Marco Civil, primeira legislação do país sobre regulação do ambiente digital, que a internet no Brasil deve ser um veículo de comunicação e informação sem fronteiras e hierarquias, no qual ninguém deve se valer de nenhum poder (econômico, político, etc.) para ter mais voz ou impedir a manifestação de demais usuários. Essa premissa é essencial para a internet no país se mantenha como um ambiente democrático, que não reproduza discriminações sociais.

A infraestrutura de internet é extremamente importante para viabilizar esse objetivo, uma vez que, para que os usuários tenham acesso igualitário à internet, é importante que as redes cheguem a todos os brasileiros, o que envolve desde a estrutura de cabeamento até a distribuição de velocidade de banda em todas as localidades e à garantia de acesso universal aos dispositivos de conexão à rede.

Tendo em vista que metade da população mundial ainda não tem acesso à internet e que, no Brasil, as regiões mais pobres ainda indicam baixos níveis de acesso, há que se questionar a aplicação prática desse princípio até o momento.

Notificações privadas sobre a ilicitude ou sobre o caráter danoso de conteúdos propagados não geram dever de remoção, nas regras do Marco Civil. Assim, caso entenda

não ser ilícito o conteúdo atacado, o provedor não tem o dever de retirá-lo do ar apenas por solicitação do usuário que se entende lesado. Mais uma vez, a norma denota uma ausência de proteção à vulnerabilidade de todos os internautas, especialmente crianças e adolescentes.

Outra a norma a ser analisada no escopo do Marco Civil da Internet encontra-se no entendimento jurisprudencial criado pelo Superior Tribunal de Justiça sobre a obrigação de que o usuário que se sente lesado indique com clareza o conteúdo e o endereço eletrônico do mesmo, sob o argumento de que seria tecnicamente impossível para os provedores o controle de todo o conteúdo inserido em seus espaços virtuais (Rcl 5.072/AC, Rel. p/ acórdão Ministra Nancy Andrighi, DJe 4/6/2014).

Todas essas disposições deixam clara a vocação do Marco Civil como norma que tende a priorizar a manutenção do ambiente de liberdade na internet, sem aprofundar na proteção aos direitos dos usuários. Por outro lado, não há como refutar que ele representou um grande avanço na regulamentação jurídica do ambiente virtual no Brasil, dando espaço para o aprofundamento da discussão.

Ainda sobre o Marco Civil da Internet, cabe mencionar que a constitucionalidade do artigo 19, que determina a necessidade de prévia e específica ordem judicial de exclusão de conteúdo para a responsabilização civil de provedor de internet por danos decorrentes de atos ilícitos praticados por terceiros, encontra-se em discussão no Supremo Tribunal Federal, no julgamento do recurso extraordinário RE 1.037.396/MG, atualmente em fase de conclusão ao relator.

Avançando na regulamentação jurídica da internet no Brasil, a recentíssima Lei 13.709/2018, chamada Lei Geral de Proteção de Dados, entrou em vigor no dia 18/09/2020. Inspirada principalmente pelo General Data Protection Regulation (Regulamento Geral de Proteção de Dados europeu), essa lei representa um marco regulatório para a privacidade e para a proteção de dados no ordenamento jurídico nacional, positivando regras mais específicas para o tratamento das informações disponibilizadas por cada usuário das redes.

É importante ressaltar que, embora a Lei Geral de Proteção de Dados tenha altíssima aplicação na regulação da internet, ela não se restringe às situações que envolvem o ambiente virtual, sendo aplicável para proteção contra ações de sociedades empresárias e até mesmo do próprio Estado, quando da manipulação de dados pessoais.

Sobre a Lei Geral de Proteção de Dados, MONTEIRO (2018, p. 11):

A LGPD complementa, harmoniza e unifica um ecossistema de mais de quarenta normas setoriais que regulam, de forma direta e indireta, a proteção da privacidade e dos dados pessoais no Brasil. Foi inspirada nas discussões que culminaram na GDPR europeia e tem por objetivo não apenas conferir às pessoas maior controle sobre seus dados, mas também fomentar um ambiente de desenvolvimento econômico e tecnológico, mediante regras flexíveis e adequadas para lidar com os mais inovadores modelos de negócio baseados no uso de dados pessoais. Isso inclui modelos de negócio que se valem de algoritmos para auxiliar na tomada de decisões automatizadas. A LGPD também busca equilibrar interesses econômicos e sociais, garantindo a continuidade de decisões automatizadas e também limitando abusos nesse processo, por meio da diminuição da assimetria de informações, e, por consequência, de poder, entre o indivíduo, setor privado e o Estado.

A legislação traz como um de seus principais avanços o fato de conferir transparência aos usuários das redes, titulares dos dados por elas manipulados. O direito de acesso a informações claras e precisas sobre a obtenção e a utilização de dados pessoais está preservado no artigo 18:

Art. 18. O titular dos dados pessoais tem direito a obter do controlador, em relação aos dados do titular por ele tratados, a qualquer momento e mediante requisição:

I - confirmação da existência de tratamento;

II - acesso aos dados;

III - correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;

IV - anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto nesta Lei;

V - portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial; (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019) Vigência

VI - eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 desta Lei;

VII - informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados;

VIII - informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;



IX - revogação do consentimento, nos termos do § 5º do art. 8º desta Lei.

A lei ainda avançou mais ao prever a existência do direito à revisão humana de decisões automatizadas:

Art. 20. O titular dos dados tem direito a solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade.

A Lei Geral de Proteção de Dados normatizou em seu artigo 7º as bases legais para a utilização de dados pessoais comuns. De acordo com a doutrina, não há hierarquia entre elas:

Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses:

I - mediante o fornecimento de consentimento pelo titular;

II - para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;

III - pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições do Capítulo IV desta Lei;

IV - para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;

V - quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados;

VI - para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral, esse último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem) ;

VII - para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;

VIII - para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária; (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019) Vigência

IX - quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais; ou

X - para a proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente.

Já para os dados sensíveis, a Lei prevê como bases legais aquelas apontadas no artigo 11, quais sejam:

Art. 11. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

I - quando o titular ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas;

II - sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para:

- a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;
- b) tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos;
- c) realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais sensíveis;
- d) exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral, este último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem) ;
- e) proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;
- f) tutela da saúde, em procedimento realizado por profissionais da área da saúde ou por entidades sanitárias; ou
- f) tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária; ou (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019) Vigência
- g) garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos, resguardados os direitos mencionados no art. 9º desta Lei e exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

A doutrina defende que, no caso dos dados sensíveis, o consentimento tem prioridade enquanto hipótese legal para o tratamento de dados pessoais, tendo em vista a maior necessidade de controle pelo titular.

Especificamente sobre crianças e adolescentes, o artigo 14 da Lei Geral de Proteção de Dados prevê que as informações pessoais desse grupo social devem ser tratadas sempre em seu melhor interesse, indicando diretivas básicas, mais atidas ao consentimento prévio dos responsáveis para o tratamento das informações, sem adentrar outras questões:

Art. 14. O tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes deverá ser realizado em seu melhor interesse, nos termos deste artigo e da legislação pertinente.

§ 1º O tratamento de dados pessoais de crianças deverá ser realizado com o consentimento específico e em destaque dado por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal.

§ 2º No tratamento de dados de que trata o § 1º deste artigo, os controladores deverão manter pública a informação sobre os tipos de dados coletados, a forma de sua utilização e os procedimentos para o exercício dos direitos a que se refere o art. 18 desta Lei.

§ 3º Poderão ser coletados dados pessoais de crianças sem o consentimento a que se refere o § 1º deste artigo quando a coleta for necessária para contatar os pais ou o responsável legal, utilizados uma única vez e sem armazenamento, ou para sua proteção, e em nenhum caso poderão ser repassados a terceiro sem o consentimento de que trata o § 1º deste artigo.

§ 4º Os controladores não deverão condicionar a participação dos titulares de que trata o § 1º deste artigo em jogos, aplicações de internet ou outras atividades ao fornecimento de informações pessoais além das estritamente necessárias à atividade.

§ 5º O controlador deve realizar todos os esforços razoáveis para verificar que o consentimento a que se refere o § 1º deste artigo foi dado pelo responsável pela criança, consideradas as tecnologias disponíveis.

§ 6º As informações sobre o tratamento de dados referidas neste artigo deverão ser fornecidas de maneira simples, clara e acessível, consideradas as características físico-motoras, perceptivas, sensoriais, intelectuais e mentais do usuário, com uso de recursos audiovisuais quando adequado, de forma a proporcionar a informação necessária aos pais ou ao responsável legal e adequada ao entendimento da criança.

Especificamente sobre os aspectos necessários para a autorização do uso de dados pessoas de crianças, há que se observar que a lei, em nenhum momento, oportuniza que a própria criança ou adolescente seja ouvida, na medida de seu desenvolvimento, para consentimento próprio quanto ao uso de seus dados.

No caso de crianças, tal disposição pode parecer lógica e nada problemática, mas, a partir da adolescência, quando o indivíduo passa a ter maior consciência de si, a ausência de voz do próprio titular pode vir a ser um problema, à luz da oponibilidade do direito à privacidade à autoridade parental, conforme analisado anteriormente.

Nesse ponto em específico, chama a atenção a forma como o legislador condiciona todo o tratamento dos dados de crianças e adolescentes ao consentimento dos pais, sem considerar em nenhum momento a possibilidade de dar voz à própria criança ou adolescente, na medida de seu desenvolvimento, permitindo a ele o exercício de sua privacidade.

O que se pode depreender dessa ausência de previsão quanto à possibilidade de voz à criança nas questões de seu interesse, tanto o Marco Civil como na Lei Geral de Proteção de Dados, é que ambas as legislações ainda não priorizam expressamente a concepção da proteção integral da criança e do adolescente, - embora seja essa a visão adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ainda sobre o tratamento de dados de crianças e adolescentes, existe atualmente uma discussão na doutrina a respeito das bases legais para autorização da manipulação de tais informações. Enquanto alguns entendem mais adequado entender que a permissão para a utilização dos dados de menores só pode se configurar mediante as hipóteses do artigo 14, outros compreendem que as situações previstas nos artigos 7<sup>a</sup> e 11 também seriam válidas.

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados, quando estruturada, poderá definir melhor os contornos das normas legais aprovadas recentemente, podendo dar mais corpo ao panorama de proteção integral no sentido de sua concepção doutrinária e definir com melhor exatidão sobre as hipóteses autorizadoras do tratamento dos dados pessoais de menores.

Outro aspecto interessante sobre a proteção de dados de crianças e adolescentes é a manipulação dos mesmos pelas escolas nos ambientes virtuais de aprendizagem, principalmente no contexto da pandemia de COVID-19. Se antes do isolamento social já se mostrava inevitável a inclusão das tecnologias na educação dos tempos atuais, não há como negar que, a partir da necessidade do ensino remoto, as instituições de ensino se viram sem muitas alternativas além de passar a utilizar as redes para manutenção das rotinas e do vínculo entre alunos e professores.

A iniciativa Educação Aberta publicou em 2020 o relatório “Educação, Dados e Plataformas” (LIMA, 2020), que analisou a dinâmica de proteção de dados nos Termos de Uso das principais plataformas utilizadas pelas instituições de ensino no período da pandemia da COVID-19: o G Suite for Education (do Google) e o Microsoft 365 (da Microsoft).

Dentre os resultados obtidos, a pesquisa identificou que, na maior parte das disposições dos Termos de Uso, a responsabilidade pelos dados veiculados nessas plataformas fica a cargo das escolas, sendo elas as encarregadas inclusive por garantir o consentimento junto aos pais para utilização das informações dos alunos.

Essa relação se mostra desequilibrada, uma vez que as escolas raramente têm condições de alterar a forma de coleta dos dados pessoais, além de que muitas vezes os pais e alunos não têm condições de realmente escolher não aderir às plataformas, uma vez que isso pode significar a impossibilidade de participar da aprendizagem.

Assim, o que se observa é que muitas vezes os grandes provedores de internet acabam se aproveitando da utilização de suas plataformas educacionais para fins não desejados, mas que, por conta do desequilíbrio de poderes, não se pode evitar.

Como mencionado anteriormente, a Lei Geral de Proteção de Dados trouxe como inovações estruturais para o ordenamento jurídico brasileiro, duas figuras importantes: a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, órgão regulador encarregado pela fiscalização e aplicação de sanções administrativas (ainda em fase de estruturação) e o Encarregado de Proteção de Dados, profissional que será responsável pelo controle interno do cumprimento da lei nas práticas das instituições privadas. Cumpre ressaltar, contudo, que as sanções previstas nessa norma só entrarão em vigor em 2021.

Outra importante inovação trazida pela Lei Geral de Proteção de Dados é a positivação, no artigo 6º, X, do princípio de *accountability*, que impõe às corporações e a todos aqueles que utilizam dados pessoais dos indivíduos a obrigação de prestar contas sobre o cumprimento das normas de proteção de dados, quando solicitado pela autoridade competente.

Por outro lado, a Lei também positivou em seu artigo 46, II a utilização da metodologia *privacy by design*, com viés preventivo. Segundo ela, os desenvolvedores de aplicações que manipulem, de alguma forma, dados pessoais, devem trazer desde a concepção dos novos projetos a inserção de soluções para impedir que as informações pessoais sejam utilizadas de maneira indevida e/ou sem consentimento do titular.

No plano internacional, o Brasil reconheceu diretamente a proteção de dados pessoais como direito fundamental em 2003, quando ratificou a Declaração de Santa Cruz de La Sierra, documento final da XIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, cujo item 45 preceitua:

Estamos também conscientes de que a protecção de dados pessoais é um direito fundamental das pessoas e destacamos a importância das iniciativas reguladoras ibero-americanas para proteger a privacidade dos cidadãos, contidas na Declaração de Antigua, pela qual se cria a Rede Ibero-Americana de Protecção de Dados, aberta a todos os países da nossa Comunidade.

Muito embora esse tratado internacional verse sobre temas claramente afetos à disciplina dos Direitos Humanos, o mesmo não possui status constitucional, por não ter passado pelo procedimento instituído no artigo 5<sup>a</sup>, §3º da Constituição Federal. Assim, trata-se de norma com hierarquia supralegal, conforme definido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Especial 466.343/SP.

No âmbito do MERCOSUL, a Agenda Digital promovida pela entidade para o biênio 2018-2020 tinha explicitamente como Linha de Ação B1 (p. 16):

Promover a coerência regulatória e a eficácia das políticas públicas de proteção de dados pessoais, levando em consideração os padrões internacionais no assunto.

Sobre isso, consta nos indicadores da Agenda (p. 17) a figura abaixo:

**FIGURA 1 - ESTADO DA CIBERLEGISLAÇÃO EM RELAÇÃO COM PARÂMETROS INTERNACIONAIS**

	Transações eletrônicas/ assinatura digital	Proteção do consumidor	Proteção de dados	Propriedade intelectual	Nomes de domínio	Delitos digitais e segurança da informação
ARG						
BRA						
PAR						
URU						
BOL						
CHL						
COL						
CRI						
CUB						
QUE						
SLV						
GTM						
HTI						
HND						
MEX						
NIC						
PAN						
PER						
DOM						
VEN						

Referências: Azul escuro: possui legislação sobre o assunto de acordo com as boas práticas internacionais; Azul claro: possui legislação sobre o assunto, mas não está de acordo com as boas práticas internacionais; Cinza: Não possui legislação sobre o assunto.

Fonte: Cepal (2018), com base no *Examen de la armonización de la ciberlegislación en América Latina* (UNCTAD, 2015).

Nota: Na data de realização do estudo no qual se baseia a Figura 1, o Brasil não contava com legislação sobre proteção de dados pessoais. No entanto, foi promulgada uma lei específica sobre o assunto, "Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)", Nº 13.853, de 8 de julho de 2019."

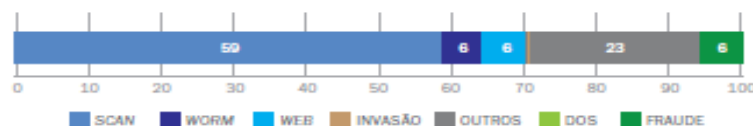
No momento de publicação dos indicadores da Agenda, ainda não havia entrado em vigor a Lei Geral de Proteção de Dados brasileira. Por outro lado, chama a atenção a ausência de leis sobre delitos digitais e segurança da informação em quase todos os países da América Latina, incluindo o Brasil.

Sobre a segurança online, a Linha de Ação B2, previa (p. 18):

Estabelecer mecanismos conjuntos para desenvolver capacidades coordenadas de prevenção, detecção, gerenciamento e resposta a incidentes de cibersegurança.

Sobre a realidade brasileira nesse aspecto de segurança da informação, foram indicados os dados do gráfico abaixo (p. 18), levantados pelo Centro de Estudo para Resposta e Tratamento de Incidentes em Computadores, que faz parte do Comitê Gestor da Internet no Brasil:

**GRÁFICO 2 – TIPOS DE INCIDENTES REPORTADOS AO CERT.br**



Fonte: Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil – CERT.br (2018).

De acordo com esse levantamento, a maior parte dos incidentes reportados no Brasil em 2018 foram do tipo *scan*, que é definido no item 3.2 da Cartilha de Segurança para Internet do Centro de Estudo para Resposta e Tratamento de Incidentes em Computadores, o qual faz parte do Comitê Gestor da Internet no Brasil, podendo ser legítimo ou malicioso:

Varredura em redes, ou *scan*, é uma técnica que consiste em efetuar buscas minuciosas em redes, com o objetivo de identificar computadores ativos e coletar informações sobre eles como, por exemplo, serviços disponibilizados e programas instalados. Com base nas informações coletadas é possível associar possíveis vulnerabilidades aos serviços disponibilizados e aos programas instalados nos computadores ativos detectados.

Por definição, o *scan* é uma forma de obtenção indevida de dados pessoais, sendo, portanto, passível de tutela pela Lei Geral de Proteção de Dados no Brasil.

Ocorre que outras condutas lesivas na internet podem não estar ligadas ao uso de dados pessoais, padecendo então de regulamentação jurídica. Assim, conclui-se que o ordenamento jurídico brasileiro ainda carece de outras normas que contemplem novas áreas específicas relacionadas à segurança da internet, para uma proteção mais completa nesse ambiente que se desenvolve de maneira tão rápida e complexa.



## CONCLUSÃO

A internet é, sem dúvidas, um novo ambiente de convivência da vida contemporânea, propiciando diversas vantagens aos usuários e permitindo, em certa medida, melhoras até mesmo psicológicas a nível individual.

Há que se notar, contudo, que a internet traz para a sociedade diversos desafios e riscos, principalmente em se tratando do uso por crianças e adolescentes, em situação de vulnerabilidade por sua condição especial de desenvolvimento e tutelados, no ordenamento jurídico brasileiro, pela doutrina da proteção integral.

A doutrina da proteção integral garante a salvaguarda dos interesses dos menores tanto em sua dimensão passiva, receptora do cuidado, como na dimensão ativa, como sujeitos de direitos aptos a exercerem suas faculdades de forma independente à medida em que desenvolvem suas personalidades.

Na prática, contudo, ainda é possível perceber que não há uma estrutura voltada à abertura de um canal que permita ouvir os menores, sem pressões, por profissionais capacitados. Dessa forma, ainda há que se amadurecer essa prerrogativa para que tenha efetividade prática, caso contrário, a última palavra continuará sendo, como na maioria das vezes, dos responsáveis, em nome do melhor interesse do menor.

De todo modo, quanto ao direito à privacidade, a conclusão da análise baseada na legislação e na doutrina especializada indica que existe sim a prerrogativa de privacidade por parte das crianças e adolescentes, oponíveis frente a quaisquer que estejam impedindo o seu exercício no caso concreto, inclusive os pais.

As escolas, enquanto grandes utilizadoras de dados de crianças e adolescentes, também devem ter uma maior preocupação na obtenção correta do consentimento e na observação dos termos impostos pelas plataformas digitais de ensino, principalmente no período de educação remota ocasionado pelo isolamento social decorrente da pandemia da COVID-19.

No plano legal, pode-se dizer que o Brasil já possui e caminha, agora, para uma composição normativa ainda mais robusta no que tange à proteção de crianças e adolescentes na internet, conferindo inclusive base legal específica para litígios a ela relacionados. A melhor regulamentação das normas de proteção de dados pessoais através da Autoridade Nacional em estruturação trará maior especificidade, conferindo ainda mais efetividade nesse sentido.

Além disso, Agenda Digital do MERCOSUL, publicada em 2020, indica a tendência de que sejam propostas mais leis acerca da segurança na internet, trazendo a expectativa de um ambiente de proteção ainda mais robusto no ordenamento jurídico brasileiro em um futuro próximo.

Percebe-se que a Lei Geral de Proteção de Dados representou um importante passo rumo ao fortalecimento do marco normativo da sociedade da informação no Brasil. É preciso agora desenvolver uma cultura de proteção de dados e construir uma sólida estrutura institucional para a aplicação da Lei, assim como uma doutrina aprofundada sobre os diferentes temas tratados pela Lei, propiciando segurança jurídica para os atores da economia digital, a proteção da confiança do titular dos dados e incentivando o desenvolvimento econômico do país nessa área (MENDES, DONEDA, 2020).

Com efeito, a Lei Geral de Proteção de Dados apresenta mecanismos de proteção de todos os usuários das redes contra o chamado Capitalismo de Vigilância. Cabe aos futuros operadores da Autoridade Nacional de Proteção de Dados a regulamentação e a interpretação da norma nos casos concretos, de modo a ponderar sempre a proteção de dados enquanto direito fundamental e a necessidade de manter, dentro do possível, a neutralidade da rede enquanto ambiente democrático e livre de discriminações, visando ao melhor interesse da criança e ao respeito à sua privacidade.

Para auxiliar no desenvolvimento de tecnologias mais adequados à doutrina da proteção de dados pessoais, a Lei Geral de Proteção de Dados prevê em seu artigo 46, II o uso de metodologias como a *privacy by design*, segundo a qual os produtos e serviços já devem ser desenhados, desde sua concepção, visando à proteção dos usuários, de modo a evitar erros que os levem a fornecer dados sem o consentimento devido.

Há, portanto, uma mudança jurídica relevante em curso mediante tais iniciativas legais, jurisprudenciais e doutrinárias, que se apresentam de modo a acompanhar as profundas mudanças socioculturais ocasionadas pela penetração da internet em todos os âmbitos da vida humana.

Faz-se necessária, além da mudança jurídica, a promoção da educação digital em todos os estratos sociais, principalmente para crianças e adolescentes, de modo a garantir o aprimoramento das relações sociais intermediadas pela internet com o passar das gerações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMANN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BIONI, Bruno Ricardo. **Calibrando o filtro da razoabilidade: critérios objetivos e subjetivos como fatores de uma análise de risco**. Disponível em <https://brunobioni.com.br/home/wp-content/uploads/2019/11/BIO001-timbrado-2.pdf>. Acessado em 06 de novembro de 2020.

BERLIN, Isaiah. **"Two Concepts of Liberty."** *Four Essays on Liberty*. Oxford University Press, 1969, p. 118-172.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988.

BRASIL. **Decreto 17.943-A, de 12 de outubro de 1927**. 1927.

BRASIL. **Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916**. 1916.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. 1990.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. 2002.

BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Marco Civil da Internet. 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 24 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados. 2018.

CARVALHO, Thaís Abreu et al. **Aplicabilidade da lei geral de proteção de dados e da metodologia "privacy by design" nos termos de uso e de política de privacidade**. Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharel em Direito, apresentado na Faculdade de Direito de Vitória. 2019.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. In: *A Sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. v. 1.

Cert.br. **Cartilha de Segurança para Internet.** Disponível em <https://cartilha.cert.br/ataques/>. Acesso em 08 de novembro de 2020.

Cetic.br. **“TIC Kids Online Brasil - 2019.”** Disponível em <https://cetic.br/pt/pesquisa/kids-online/indicadores>. Acessado em 28 de outubro de 2020.

CONANDA. **Resolução nº 163, de 13 de março de 2014.** Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CRUZ, Eliza Costa. **“O direito dos filhos à privacidade de sua oponibilidade à autoridade parental.”** *Revista do Instituto Brasileiro de Direito de Família - IBDFAM*, 2011. Disponível em [https://ibdfam.org.br/\\_img/artigos/O%20direito%20dos%20filhos%20à%20privacidade%2010\\_02\\_2012.pdf](https://ibdfam.org.br/_img/artigos/O%20direito%20dos%20filhos%20à%20privacidade%2010_02_2012.pdf). Acessado em 15 de outubro de 2020.

CÚPULA IBERO-AMERICANA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO. **Declaração de Santa Cruz de La Sierra.** Santa Cruz de la Sierra, XIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, 2003.

DFC Intelligence. **“Video Game Consumer Segmentation.”** 14 de agosto de 2020, <https://www.dfcint.com/dossier/global-video-game-consumer-population/>. Acessado em 03 de novembro de 2020.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias.** 8ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

DONEDA, Danilo. **“A proteção dos dados pessoais como um Direito Fundamental.”** *Espaço Jurídico*, vol. 12, n. 2, 2011, pp. 91-108.

EU. **General Data Protection Regulation 2016/679.** 2016.

FARIAS, Cristiano Chaves. A família da pós-modernidade: em busca da dignidade perdida. *Persona: Revista Electrónica de Derechos Existenciales*, n. 9, sept./2002.

Disponível em <[www.revistapersona.com.ar/Persona09/9farias.htm](http://www.revistapersona.com.ar/Persona09/9farias.htm)>. Acesso em 4 de novembro de 2020.

FARIAS, Cristiano Chaves de. e ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: Famílias**. 5ª edição. Editora Jus Podium, 2013.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **A nova filiação: o biodireito e as relações parentais: o estabelecimento da parentalidade de filiação e os efeitos jurídicos da reprodução assistida heteróloga**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003

HIMANSHU, S. et al. **Rising dysmorphia among adolescents : A cause for concern**. Journal of Family Medicine and Primary Care, p. 577-570. Publicado em 20 de fevereiro de 2020. Disponível em <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7114025/>. Acesso em 18 de outubro de 2020.

International Telecommunications Union - ITU. **“Measuring digital development: Facts and figures 2019.”** ITU Website, <https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/facts/FactsFigures2019.pdf>. Acessado em 13 de outubro de 2020.

ISHIDA, Kenji Válter. **Estatuto da Criança e do Adolescente: doutrina e jurisprudência**. 19a ed. Salvador: JusPODIVM, 2018.

KELLY, Yvonne. **Social Media Use and Adolescent Mental Health: Findings From the UK Millennium Cohort Study**. EClinicalMedicine, 2018. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/330164946\\_Social\\_Media\\_Use\\_and\\_Adolescent\\_Mental\\_Health\\_Findings\\_From\\_the\\_UK\\_Millennium\\_Cohort\\_Study#:~:text=Findings%20The%20magnitude%20of%20association,for%20girls%20and%20boys%20respectively](https://www.researchgate.net/publication/330164946_Social_Media_Use_and_Adolescent_Mental_Health_Findings_From_the_UK_Millennium_Cohort_Study#:~:text=Findings%20The%20magnitude%20of%20association,for%20girls%20and%20boys%20respectively). Acessado em 04 de novembro de 2020.

LANIER, Jaron. **Ten arguments for deleting your social media accounts right now**. Random House, 2018.

LAVADO, Thiago. **“Com maior uso da internet durante pandemia, número de reclamações aumenta; especialistas apontam problemas mais comuns.”** *GI*,

Publicado em 11 de junho de 2020.  
<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2020/06/11/com-maior-uso-da-internet-durante-pandemia-numero-de-reclamacoes-aumenta-especialistas-apontam-problemas-mais-comuns.ghtml>. Acessado em 23 de outubro de 2020.

LE MOS, Ronaldo. “**Games virtuais, economia real.**” *Folha de São Paulo* [São Paulo]. Publicado em 1 de setembro de 2020, <https://itsrio.org/pt/artigos/games-virtuais-economia-real/>. Acesso em 13 de outubro de 2020.

LIMA, Stephanie et al. Educação, Dados e Plataformas: Análise descritiva dos termos de uso dos serviços educacionais Google e Microsoft. 2020. Disponível em <https://zenodo.org/record/4012539#.X62lSWKhPZ>. Acesso em 5 de novembro de 2020.

LIU, Min; LUO, Jianghong. **Relationship between peripheral blood dopamine level and internet addiction disorder in adolescents: a pilot study.** International journal of clinical and experimental medicine, v. 8, n. 6, p. 9943, 2015.

MEDIALAB. *Geração Youtube - Um mapeamento sobre o consumo e a produção de vídeos por crianças.* Apresentação do Seminário Crianças e Tecnologia: Publicidade em ambientes digitais. Escola Superior de Marketing e Publicidade (ESPM). 2016.

MEIRELLES, Rose Melo Venceslau. **O princípio do melhor interesse da criança.** IN: MORAES, Maria Celina Bodin de. Princípios do Direito Civil contemporâneo. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

MENDES, Laura Schertel; DONEDA, Danilo. **Reflexões iniciais sobre a nova lei geral de proteção de dados.** Revista de Direito do Consumidor, 2020.

MERCOSUL. **Agenda Digital do MERCOSUL 2018-2020 - Panorama dos Indicadores Disponíveis.** 2020.

MONTEIRO, Renato Leite. **Existe um direito à explicação na Lei Geral de Proteção de Dados do Brasil.** Artigo estratégico, v. 39, p. 1-14, 2018.

OBERST, Ursula et al. Negative consequences from heavy social networking in adolescents: The mediating role of fear of missing out. *Journal of adolescence*, v. 55, p. 51-60, 2017.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração dos Direitos da Criança**. 1959.

PEREIRA, Alexandre Libório Dias. “**A jurisdição na internet segundo o regulamento 44/2001 (e as alternativas extrajudiciais e tecnológicas).**” *Boletim da Faculdade de Direito*, vol. LXXVII, no. Universidade de Coimbra, 2001, pp. 633-687.

PINHEIRO, Patrícia Peck. ***Direito Digital***. 6ª ed., São Paulo, Saraiva, 2016.

POLIDO, Fabrício Bertini Pasquot, et al. **Governança global da internet, conflitos de leis e jurisdição**. Belo Horizonte, Instituto de Referência em Internet e Sociedade - IRIS, 2018.

PRENSKY, Marc. “*Digital natives, digital immigrants*”. On the horizon, MCB University Press, . vol. 9 No. 5, 2001.

PRZYBYLSKI, Andrew K. et al. **Motivational, emotional, and behavioral correlates of fear of missing out**. *Computers in Human Behavior*, v. 29, n. 4, p. 1841-1848, 2013.

REGAN, Priscilla, STEEVES, Valerie. **Kids R Us: Online Social Networking and the Potential for Empowerment**. 2020. *Surveillance & Society* 8(2): 151-165.

SEIDMAN, Gwendolyn. “**Self-presentation and belonging on Facebook: How personality influences social media use and motivations.**” *Personality and Individual Differences*, vol. 54, no. Elsevier, 2013, pp. 402-407.

STF. Supremo Tribunal Federal. **RE 1.037.396/MG**. Relator: Ministro Dias Toffoli.



STF. Supremo Tribunal Federal. **RE 466.343/SP**. Relator: Ministro Cesar Peluso. Trbunal Pleno. Data de julgamento: 03/12/2008.

STJ. Superior Tribunal de Justiça. **Rcl 5.072/AC**. Relatoria para acórdão: Ministra Nancy Andrighi, Data de julgamento: 4/6/2014

TAKAHASHI, Tadao. **Sociedade da Informação no Brasil: livro verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TEFFÉ, Chiara Spadaccini de. **Desafio da Baleia Azul: o que se sabe até agora**. ITS FEED, 25 abr. 2017.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. PENALVA, Luciana Dadalto. “**Autoridade parental, incapacidade e melhor interesse da criança - Uma reflexão sobre o caso Ashely.**” *Revista de Informação Legislativa do Senado Federal*, vol. Brasília a. 45 n. 180 out./dez. 2008, 2018, pp. 293-304, <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176577/000860626.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acessado em 05 novembro 2020.

TEPEDINO, Gustavo. **A disciplina da guarda e a autoridade parental na ordem civil-constitucional**. Revista Trimestral de Direito Civil – RTDC, vol. 17, ano 5, jan./mar. 2004, Editora Padma.

TUPINAMBÁ, Roberta. **O cuidado como princípio jurídico nas relações familiares**. IN: PEREIRA, Tânia da Silva; OLIVEIRA, Guilherme (Coord.) **O cuidado como valor jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

UNICEF. *Children in a Digital World*. The state of the world's children, 2017.

U-Report Brasil, et al. “**O uso da internet entre adolescentes e jovens diante do distanciamento social.**” 2020, Disponível em <http://www.ureportbrasil.org.br/>. Acessado em 28 de outubro de 2020.

ZUBOFF, Shoshana. **Big other: surveillance capitalism and the prospects of an information civilization.** Journal of Information Technology, v. 30, n. 1, p. 75-89, 2015.